www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 35. Entre arte e política: articulações contemporâneas em pesquisas antropológicas

Coordenador(es):
Vitor Pinheiro Grunvald (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Glauco Batista Ferreira (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Em continuidade às reflexões desenvolvidas em Grupos de Trabalhos nas Reuniões de Antropologia do Mercosul e em Simpósios de Pesquisas Pós-Graduandas nos Encontros Anuais da ANPOCS, este grupo de trabalho se foca nas relações entre arte e política, pensando-as a partir dos diferentes modos pelos quais as articulações entre estas esferas se engendram de modos distintos e se expressam nos cenários sociais contemporâneos. Pensar a arte em seus efeitos políticos e refletir sobre a política através de ações, de objetos, de imagens e performances artísticas tem sido uma constante em diferentes pesquisas realizadas no campo das ciências sociais e especialmente no campo antropológico nos últimos anos. Propomos acolher investigações que refletem sobre agências através de imagens, materialidades, objetos, trabalhos realizados a partir de performances e de expressões e práticas corporalizadas, de práticas de organização coletiva e de ações e mobilizações sociais que apontam o rico potencial transformativo dessas formas sociais que são ao mesmo tempo artísticas e políticas. Dessa maneira, incentivamos a submissão tanto de trabalhos que problematizam as relações entre arte e política em suas intersecções com marcadores sociais da diferença quanto pesquisas que exploram como as maneiras pelas quais a prática etnográfica se dá nos interstícios de práticas artísticas.

Funk e regimes de moralidades: notas antropológicas

Autoria: Guilherme Vieira Bertollo (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

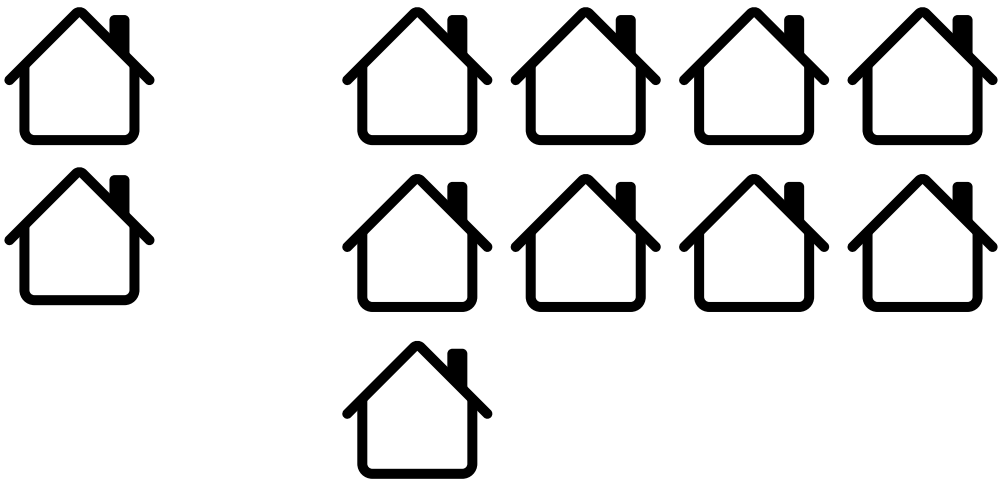
Este pôster é um dos desdobramentos das investigações do projeto de pesquisa Arte, Política e Experimentação etnográfica, coordenado pelo Prof. Vitor Grunvald (UFRGS), no qual participo pensando as relações entre arte e política nas experiências e práticas musicais ligadas ao funk, com atenção à criação de políticas de segurança pública que superem o punitivismo da atualidade, respeitando os direitos humanos e a liberdade das manifestações culturais da diversidade. A proibição de práticas musicais e expressões artísticas da cultura popular, como aconteceu com a capoeira, o samba e atualmente com o funk, reforça a seletividade do aparato repressivo do Estado, que promove a criminalização de determinados grupos sociais, mantendo a continuidade de uma política de extermínio da população negra e pobre. Pensando a relação entre arte e política, os bailes funk servem como objeto de estudo antropológico, sendo lugar privilegiado para compreender a dinâmica entre as duas dimensões, uma estética, propriamente musical, e relações de poder que se tecem na construção de uma moralidade profundamente enraizada em marcadores de classe, raça e sexualidade. Essa moralidade é, via de regra, acionada por pressupostos que operam a partir do argumento de que esse gênero musical faz apologia ao crime e ao sexo, e por isso deveria ser considerado um crime contra a família, a criança e o adolescente. Segundo Facina e Palombini (2017), o funk deve ser visto como cultura, pois se trata de uma narrativa de quem está no problema, falando sobre a vida no crime, sem nenhuma condenação moral. Por sua vez, o Estado e setores da grande mídia reforçam preconceitos criminalizando os bailes funk, grandes festas das juventudes periféricas e manifestação cultural das favelas. A prisão do DJ Rennan da Penha, a repressão violenta da polícia na favela de Paraisópolis-SP em dezembro de 2019, que deixou nove mortos, são alguns dos eventos que expõem uma forma de governar cuja (necro)política de intervenção resume-se na barbárie, na punição de manifestações de corpos dissidentes, pretos e pardos, não apenas deixando-os em condições precárias, mas fazendo-os morrer. Este pôster,

 ISBN: 978-65-87289-08-3

portanto, visa sistematizar aspectos de tal seletividade como um fato sintomático do problema da violência autorizada pelo racismo do Estado, causando um genocídio nas periferias. Com a criminalização do funk, o Estado continua a promover o encarceramento em massa da população periférica, portanto, o que está em questão é a sobrevivência das culturas negras. A polícia, enquanto braço armado do Estado, materializa uma gestão dos corpos a partir da imposição do privilégio do uso da violência, justificada por um racismo que promove a vida de um grupo, matando os outros.

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**